



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **0008852-08.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **JOÃO CARLOS DE SOUZA GOBES, CPF 362.770.969-15 - Desacompanhado de Advogado**
 Requerido: **MARIA DAS DORES SILVA - Advogado Dr. Daniel Ferreira Silva**

Aos 25 de janeiro de 2017, às 15:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. 1º Juiz de Direito Auxiliar Dr. DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seu advogado. Presentes também as testemunhas do autor, Srs. Ailza, Adeilson e Mário e as da ré, Sr. Luis. Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar os depoimentos das testemunhas presentes, em termos em separado. Terminados os depoimentos e não havendo mais provas a serem produzidas, as partes se compuseram no seguinte sentido: **"O autor, pelos fatos ocorridos até esta data, renuncia a eventual direito de ser indenizado por danos morais. A ré, por outro lado, compromete-se a, daqui para frente, não acusar o autor ou sua esposa, pessoalmente ou a terceiros, a respeito de fatos desonrosos e ofensivos."** A seguir, foi proferida sentença nos seguintes termos: **"Homologo, por sentença, o acordo acima, com fulcro no art. 487, III, "b" do CPC. Não há interesse recursal. Fica declarado o trânsito em julgado. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. REGISTRE-SE e arquivem-se"**. Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Requerente:

Requerida:

Adv. Requerida: Daniel Ferreira Silva

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA